

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.039 - BA (2019/0167433-3)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : VALMIRO NORBERTO DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : JERONIMO SANTANA DE ALMEIDA JUNIOR - BA053445  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de VALMIRO NORBERTO DE SOUZA - preso cautelarmente pela suposta prática do delito previsto no art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8006491-08.2019.8.05.0000).

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, por maioria, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 238):

*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO TENTADO. (ART. 121, CAPUT, C/C ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL). ALEGAÇÃO DE SAÚDE DEBILITADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO MO PONTO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS - INOCORRÊNCIA. DECISÃO VERGASTADA QUE DELINEOU ELEMENTOS CONCRETOS E APTOS A DEMONSTRAR A NECESSIDADE DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS DEVIDAMENTE DEMONSTRADOS. IN APLICABILIDADE, IN CASU, DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS PARA QUE SEJA GARANTIDA A ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA ORDEM DENEGADA.*

Nas razões do presente recurso (e-STJ fls. 256/273), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade das decisões que mantiveram a prisão preventiva do recorrente diante da ausência de fundamentação concreta e idônea, bem como do não preenchimento dos requisitos legais autorizadores da

medida extrema.

Destaca, ainda, a existência de condições pessoais favoráveis ao paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

Aduz, por fim, que o paciente *sofre de grave doença, qual seja, glaucoma em estágio avançadíssimo, de acordo com os laudos médicos que instruem os autos* (e-STJ fl. 259), com risco de perda total da visão, e que não encontra tratamento médico adequado para sua doença no sistema prisional onde está atualmente custodiado.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão de liberdade, mediante imposição das medidas cautelares diversas da prisão, com a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que o crime supostamente praticado pelo paciente tem pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar. Isso porque, a princípio, a custódia cautelar faz-se necessária para preservar a integridade física e psicológica da vítima.

Quanto à alegação de configuração de constrangimento ilegal diante da suposta doença grave do paciente, verifica-se que a Corte de origem não se manifestou sobre a matéria. Assim, fica inviabilizado o exame direto pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido:

*FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIA NÃO DEBATIDA PELA CORTE A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. PARTICULARIDADES DO FEITO. ILEGALIDADE INEXISTENTE. PARECER ACOLHIDO.*

*1. O ponto da impetração referente à fundamentação do decreto de prisão preventiva não foi enfrentado pelo Tribunal estadual, por se tratar de reiteração de pedido formulado em habeas corpus anterior, o que inviabiliza a análise da matéria diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.*

*2. A circunstância de se tratar de feito em que se configurou a necessidade de expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas, aliada à verificação de inexistência de desídia do Judiciário na condução da ação penal, afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, devendo ser observado o princípio da razoabilidade. Precedentes.*

*3. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 51.997/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 30/04/2015)*

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento

definitivo do recurso em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal estadual, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

